

ARNALDO RIZZARDO

A SENTENÇA

Ação Anulatória—————

————— Ação Rescisória

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILUSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Feição, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rizzardo, Arnaldo

A sentença : ação anulatória, ação rescisória / Arnaldo Rizzardo. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-684-9

1. Ação anulatória - Brasil 2. Ação rescisória - Brasil 3. Ação rescisória de sentença - Brasil 4. Processo civil - Brasil I. Título.

21-79130

CDU-347.951.0

Índices para catálogo sistemático:

1. Sentença : Processo civil 347.951.0

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA	15
PARTE PRIMEIRA	
A ESTRUTURA E O ALCANCE DA SENTENÇA	
I. O EXERCÍCIO DE DIREITOS PELA VIA JUDICIAL.....	21
II. ATOS OU PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ, ATOS JUDICIAIS E A SENTENÇA	27
III. A SENTENÇA E A OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXIGIDOS PARA A SUA VALIDADE	33
1. O princípio do devido processo legal	33
2. O princípio da imposição da jurisdição.....	35
3. O princípio do contraditório e da ampla defesa	35
4. O princípio da isonomia processual.....	36
5. O princípio do juiz natural	36
6. O princípio da publicidade	36
7. O princípio da motivação das sentenças	37
IV. A SENTENÇA E O ENCERRAMENTO DA RELAÇÃO PROCESSUAL.....	39
V. REQUISITOS DA SENTENÇA.....	43
1. Condições para a existência da sentença.....	44
2. Os elementos componentes	45
2.1. Relatório	45
2.2. A fundamentação.....	46
2.3. O dispositivo da sentença	49
3. Decorrências da falta de elementos	49
VI. SENTENÇA TERMINATIVA E SENTENÇA DEFINITIVA.....	53
VII. CORRELAÇÃO ENTRE O OBJETO DA AÇÃO E A SENTENÇA	55
VIII. RECURSOS E AÇÕES CONTRA A SENTENÇA	59

IX.	A ABRANGÊNCIA DA SENTENÇA E DAS DEMAIS DECISÕES TRANSITADAS EM JULGADO.....	65
X.	O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA EM GRAU MÁXIMO ...	69
XI.	O TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÕES DE TUTELA PROVISÓRIA	73
XII.	EFEITO POSITIVO E EFEITO NEGATIVO DA COISA JULGADA	77
XIII.	LIMITES DA COISA JULGADA.....	81
	1. Limites objetivos da coisa julgada.....	83
	2. Limites subjetivos da coisa julgada.....	86
XIV.	ABRANGÊNCIA DA COISA JULGADA NAS AÇÕES DE ESTADO	91
XV.	O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA E NOVA AÇÃO COM CAUSA PETENDI DIFERENTE.....	93
XVI.	ALCANCE DOS EFEITOS DA SENTENÇA	97
	1. Entre as partes	97
	2. Perante terceiros indiferentes ao processo	97
	3. Perante terceiros juridicamente interessados ou que intervêm no processo.....	98
	4. Perante terceiros que exercem direitos sobre o objeto da lide	100
	5. Perante terceiros protegidos pela tutela jurisdicional coletiva	101
	6. Perante terceiros que, embora não fazendo parte da ação, são alcançados pela desconsideração da personalidade jurídica.....	102
XVII.	A COISA JULGADA EM AÇÃO DE ALIMENTOS.....	105
XVIII.	COISA JULGADA EM AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO	111
XIX.	COISA JULGADA EM DECISÃO QUE DECRETA A SUCESSÃO DEFINITIVA NA DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA	115
XX.	COISA JULGADA EM AÇÃO DE USUCAPIÃO NA QUAL NÃO SE DEU A CITAÇÃO DE INTERESSADOS	117
XXI.	COISA JULGADA NAS AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.....	125
XXII.	COISA JULGADA EM EMBARGOS À EXECUÇÃO E NOVA AÇÃO ATACANDO O TÍTULO EXECUTADO	131
	1. Possibilidade da ação autônoma de acordo com a doutrina	132
	2. Possibilidade da ação autônoma de acordo com a jurisprudência....	135

XXIII.	MODIFICAÇÃO DA MULTA OU ASTREINTE FIXADA EM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO.....	139
XXIV.	O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E A ILEGALIDADE DO TÍTULO JUDICIAL EM QUE SE FUNDA A EXECUÇÃO	145
XXV.	QUESTÕES NÃO LEVANTADAS NO PROCESSO E PRECLUSÃO.....	151
	1. A preclusão em matéria de ordem pública	155
	2. Situações especiais de relatividade da preclusão	156
XXVI.	SENTENÇA E RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUATIVA.....	159
XXVII.	LIMITES DE PODER DO JUIZ PARA A MODIFICAÇÃO DA SENTENÇA.....	163
XXVIII.	SENTENÇA INJUSTA, ILEGAL OU INCONSTITUCIONAL E A COISA JULGADA.....	167
XXIX.	SENTENÇAS DIFERENTES PARA CASOS IDÊNTICOS	173

PARTE SEGUNDA

A NULIDADE E A INEXISTÊNCIA DA SENTENÇA

XXX.	NULIDADES ABSOLUTAS E NULIDADES RELATIVAS.....	181
XXXI.	ATOS JUDICIAIS OU SENTENÇAS E ACÓRDÃOS OBJETO DA AÇÃO ANULATÓRIA.....	187
XXXII.	NATUREZA E PROCEDIMENTO DA AÇÃO ANULATÓRIA DA SENTENÇA.....	191
XXXIII.	A INEXISTÊNCIA OU NULIDADE DA SENTENÇA POR FALTA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS; POR OCORRÊNCIA DE PEREMPÇÃO, LITISPENDÊNCIA OU COISA JULGADA; E POR AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE OU INTERESSE PROCESSUAL	193
XXXIV.	A NULIDADE DE ATOS PROCESSUAIS QUE SE PROPAGA NOS ATOS SUBSEQUENTES	201
XXXV.	A NULIDADE EM FACE DE ILICITUDE PENAL.....	205
XXXVI.	O TRATAMENTO DA NULIDADE DA SENTENÇA SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA	207
	1. Omissão de ato que impede a formação da relação processual	208
	2. Desnecessidade do ajuizamento de ação anulatória.....	209
	3. Declaração na própria ação rescisória.....	210

4.	Ataque da nulidade inclusive por mandado de segurança.....	213
5.	A nulidade impede o trânsito em julgado da sentença	214
XXXVII.	A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROPOR A AÇÃO DE NULIDADE	217
XXXVIII.	O INÍCIO DOS EFEITOS DA SENTENÇA ANULATÓRIA	221
XXXIX.	REFAZIMENTO DO PROCESSO A PARTIR DO ATO ANULADO	223
XL.	ATOS PROCESSUAIS INEXISTENTES.....	225
XLI.	ATO PROCESSUAL NULO OU INEXISTENTE, QUE CONDUZ À SENTENÇA NULA OU INEXISTENTE.....	227
XLII.	DISTINÇÃO ENTRE SENTENÇA INEXISTENTE E SENTENÇA NULA.....	231
XLIII.	EXEMPLOS DE SENTENÇAS INEXISTENTES	235
XLIV.	A DIFICULDADE NA CARACTERIZAÇÃO DA DISTINÇÃO ENTRE SENTENÇA NULA E SENTENÇA INEXISTENTE	241
XLV.	A CONVENIÊNCIA DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE SENTENÇA INEXISTENTE	245
XLVI.	A <i>QUERELA NULLITATIS</i>	249
1.	Precedentes jurisprudenciais.....	250
2.	A natureza declaratória da ação	254
3.	Outros caminhos oferecidos para a desconstituição	256
XLVII.	A CONDIÇÃO DE NÃO ENFRENTAMENTO DE MATÉRIA EM PROCESSO ANTERIOR PARA A AÇÃO DE ANULAÇÃO OU DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DA SENTENÇA	259
XLVIII.	A PRESCRIÇÃO NA AÇÃO ANULATÓRIA	261
XLIX.	SENTENÇA <i>EXTRA</i> , <i>ULTRA</i> E <i>CITRA PETITA</i>	263
1.	Sentença <i>citra petita</i> e possibilidade de nova ação	266
2.	Inexequibilidade da sentença <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i>	267
3.	O enfrentamento da sentença <i>extra petita</i> sob o enfoque recursal	269
4.	Matéria de ordem pública	271
L.	A EXECUÇÃO DECORRENTE DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO NULA POR FALTA DE CITAÇÃO	273

LI.	CUMPRIMENTO DE TÍTULO JUDICIAL OU OBRIGAÇÃO COM FUNDAMENTO EM LEI OU ATO NORMATIVO QUE O STF DECLAROU INCONSTITUCIONAL OU QUE CONSIDEROU A APLICAÇÃO OU A INTERPRETAÇÃO INCOMPATÍVEL COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL	275
LII.	SENTENÇA INÚTIL OU QUE NÃO GERA EFEITOS EM RELAÇÃO AOS COTITULARES DO DIREITO	281

PARTE TERCEIRA
AÇÃO ANULATÓRIA DE HOMOLOGAÇÃO DE
DECISÃO E AÇÃO RESCISÓRIA

LIII.	DECISÕES MERAMENTE HOMOLOGATÓRIAS.....	285
LIV.	A AÇÃO ANULATÓRIA OU A AÇÃO RESCISÓRIA DOS ATOS HOMOLOGATÓRIOS.....	289
LV.	AÇÃO RESCISÓRIA E AÇÃO ANULATÓRIA DE DECISÕES NÃO MERAMENTE HOMOLOGATÓRIAS.....	293
LVI.	CONCEITO DE AÇÃO RESCISÓRIA E DADOS HISTÓRICOS	297
LVII.	NATUREZA DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	301
LVIII.	DISTINÇÃO ENTRE AÇÃO RESCISÓRIA E RECURSOS DAS DECISÕES.....	303
LIX.	SITUAÇÕES QUE COMPORTAM A AÇÃO RESCISÓRIA E A AÇÃO ANULATÓRIA.....	305
LX.	OPÇÃO PELA AÇÃO RESCISÓRIA OU PELA AÇÃO ANULATÓRIA OU DE INEXISTÊNCIA DE ATO PROCESSUAL	307
LXI.	DECISÕES DESCONSTITUTIVAS E CONSTITUTIVAS NA AÇÃO RESCISÓRIA E SEUS EFEITOS.....	311
LXII.	ELEMENTOS E PRESSUPOSTOS PARA A AÇÃO RESCISÓRIA	315
	1. A possibilidade jurídica do pedido e o interesse de agir	315
	2. O trânsito em julgado da decisão	316
	3. Desnecessidade de se esgotar a totalidade dos recursos	318
	4. Decisão rescindenda de mérito	319
	5. A decadência e o prazo de dois anos para o ajuizamento.....	321
	5.1. O prazo no caso de intempestividade do recurso	322
	5.2. O prazo nas decisões submetidas ao duplo grau de jurisdição ...	324

5.3.	O prazo se o autor da ação não foi citado na ação da decisão rescindenda	324
5.4.	O prazo na rescisória visando desconstituir parte da decisão ou do acórdão	325
5.5.	O prazo se não promovida a citação para efeitos de interromper a prescrição	326
5.6.	O prazo se promovida a ação com base em prova cuja falsidade tenha sido demonstrada em processo criminal ou em prova nova	327
5.7.	O prazo na existência de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	329
5.8.	O prazo se o trânsito em julgado ocorreu em momentos distintos	329
5.9.	O prazo que finda em dia não útil (em férias forenses, recesso, feriados e em dia sem expediente forense)	331
5.10.	O prazo na revelia do réu	332
5.11.	Não suspensão do prazo decadencial	333
6.	O depósito do correspondente a cinco por cento do valor da ação cuja sentença se procura rescindir e o valor da causa	333
7.	Legitimidade ativa para propor a ação	338
8.	Legitimidade passiva para ser demandado	343
9.	Órgãos judiciais perante os quais se promove a ação	345
9.1.	Competência quando não conhecido o recurso	346
9.2.	Competência do STF e do STJ se apreciada questão federal controvertida, embora não conhecido o recurso	346
9.3.	Julgadores impedidos para atuarem no julgamento da ação rescisória	348
9.4.	Ação rescisória contra decisão do mais alto órgão do tribunal do Estado ou do Distrito Federal	349
9.5.	Ação rescisória contra decisões apreciadas por diferentes órgãos jurisdicionais	349
9.6.	Ingresso com a ação em órgão jurisdicional incompetente	349
LXIII.	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS QUE POSSUEM CARGA MERITÓRIA	353
LXIV.	DECISÕES PROFERIDAS EM AÇÕES PRINCIPAIS OU EM AÇÕES EM APENSO OU NÃO PRINCIPAIS	357
LXV.	DECISÕES QUE NÃO SEJAM TERMINATIVAS	359
LXVI.	DECISÕES QUE EXTINGUEM O PROCESSO COM BASE NA PEREMPÇÃO, NA LITISPENDÊNCIA E NA COISA JULGADA	361

LXVII.	CONTROVÉRSIA SOBRE DECISÕES PROVENIENTES DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	363
LXVIII.	CONTROVÉRSIA OU PRONUNCIAMENTO JUDICIAL DA MATÉRIA OBJETO DA RESCISÓRIA NO CURSO DA AÇÃO RESCINDENDA....	369
LXIX.	AÇÃO RESCISÓRIA E SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA SENTENÇA RESCINDENDA	371
LXX.	AÇÃO RESCISÓRIA DE PARTE DA DECISÃO RESCINDENDA.....	377
LXXI.	EXEMPLOS DE DECISÕES ESPECIAIS QUE COMPORTAM OU NÃO A AÇÃO RESCISÓRIA	379
	1. Decisões que fixam multas.....	380
	2. A decisão de constituição de capital.....	380
	3. O julgamento da liquidação.....	381
	4. Decisões sobre obrigações de dar ou entregar, de fazer ou de não fazer.....	381
	5. Decisões sobre embargos à arrematação ou à adjudicação	381
	6. Impugnações à justiça gratuita	382
	7. Decisões sobre a insolvência.....	382
	8. Decisões em processos de execução.....	382
	9. Decisões sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de leis.....	384
	10. Decisões de tutela provisória	385
	11. Decisões de homologação de sentença estrangeira	387
	12. Decisões em processos de jurisdição voluntária.....	389
	13. Sentenças em juízos arbitrais.....	390
	14. Decisões em mandados de segurança.....	390
	15. Decisões de reconvenção	391
	16. Decisões lançadas no curso do processo e que envolvem o mérito....	391
	17. Decisões sobre conflito de competência do juízo	392
	18. Sentença sobre alimentos.....	393
LXXII.	HIPÓTESES DE CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	395
	1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	398
	2. Impedimento do juiz ou sua incompetência absoluta	400
	3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida, e simulação e colusão entre as partes para fraudar a lei	404
	4. Ofensa à coisa julgada.....	408
	5. Manifesta violação de norma jurídica e decisão contrária a súmula ou recurso repetitivo.....	413
	5.1. Violação de norma jurídica existente no direito positivo	416

5.2.	Contemporaneidade da norma jurídica e sua discussão na ação originária	417
5.3.	As normas jurídicas que ensejam a ação.....	417
5.4.	Violações de normas jurídicas não fundamentais para a decisão ou de interpretação controvertida	419
5.5.	Formas de violação das normas jurídicas.....	420
5.6.	Norma jurídica que é julgada inconstitucional	421
5.7.	Norma jurídica que é julgada constitucional	422
5.8.	Norma constitucional cuja interpretação é definida pelos tribunais superiores	422
5.9.	Exemplos de violação de normas jurídicas.....	423
6.	Prova cuja falsidade venha apurada em processo criminal ou na própria ação rescisória	424
7.	Prova nova cuja existência era ignorada ou cuja utilização foi impossível.....	426
8.	Erro de fato verificável do exame dos autos	429
LXXIII.	OUTRAS HIPÓTESES QUE PERMITEM A AÇÃO RESCISÓRIA	435
1.	Ação rescisória de decisões que impedem a propositura de nova ação e a admissibilidade do recurso correspondente.....	435
2.	Cumprimento de decisão cujo título executivo está fundado em lei ou ato normativo que vem a ser declarado inconstitucional ou incompatível com a Constituição Federal após o trânsito em julgado da decisão exequenda	438
3.	Cumprimento de decisão contra a Fazenda Pública, cujo título executivo está fundado em lei ou ato normativo que vem a ser declarado inconstitucional ou incompatível com a Constituição Federal pelo STF após o trânsito em julgado da decisão exequenda.....	439
4.	A rescindibilidade da sentença que homologa a partilha de bens	440
5.	Ação rescisória de decisão proferida em ação monitória	443
LXXIV.	AÇÃO RESCISÓRIA COM BASE EM MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA.....	447
LXXV.	A AÇÃO RESCISÓRIA DIANTE DA SÚMULA 343/STF EM DECISÃO QUE DECLARA NORMA INCONSTITUCIONAL, A QUAL, EM OUTRA AÇÃO, É DECLARADA CONSTITUCIONAL.....	453
LXXVI.	AÇÃO RESCISÓRIA DE RESCISÓRIA E CUMULAÇÃO DE AÇÕES RESCISÓRIAS	457
LXXVII.	AÇÃO RESCISÓRIA E QUESTÕES FÁTICAS	459
LXXVIII.	O PROCEDIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	461

LXXIX. A REVELIA NA AÇÃO RESCISÓRIA E A INDISPONIBILIDADE DOS DIREITOS.....	467
LXXX. AÇÃO RESCISÓRIA PROMOVIDA PELA PARTE DEMANDADA REVEL NA AÇÃO RESCINDENDA.....	469
LXXXI. RECURSOS CONTRA DECISÕES PROFERIDAS EM AÇÕES RESCISÓRIAS.....	471
LXXXII. EXECUÇÃO OU CUMPRIMENTO DAS DECISÕES PROFERIDAS NAS AÇÕES RESCISÓRIAS	473
LXXXIII. SENTENÇA INJUSTA E AÇÃO RESCISÓRIA.....	475
LXXXIV. AÇÃO RESCISÓRIA NO DIREITO DO TRABALHO	479
1. Aspectos peculiares na ação rescisória trabalhista.....	480
2. Súmulas do TST em matéria de rescisória trabalhista	485
BIBLIOGRAFIA	493
OUTRAS OBRAS DO AUTOR	499